

Uma análise das relações coronelistas na emancipação do município de Encantado (1914-1915)

An analysis of coronelista relations in the emancipation the Encantado municipality (1914-1915)

Marcos César Cadore*

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender o processo de emancipação e criação das relações de poder no município de Encantado dentro da rede de compromisso chefiada por Borges de Medeiros. Além disso, visa contribuir para uma melhor compreensão na formação política de Encantado, buscando entender a constituição dos poderes locais com o governo estadual, através da análise das relações de poder entre os imigrantes e os descendentes italianos presentes no período e como as políticas dos intendentos borgistas foram assimiladas pelos imigrantes, havendo a necessidade da cooptação, da barganha política e da insubordinação de ambos os lados, criando com isso dissidências internas no PRR local.

Palavras-chave: coronelismo – relações de poder – Borges de Medeiros.

Abstract: This article aims to understand the process of emancipation and creation of power relations in the Encantado municipality within the commitment of network headed by Borges de Medeiros. It also seeks to contribute to a better understanding in the Encantado policy formation, trying to understand the constitution of local authorities with the state government, through the analysis of power relations between immigrants and italians descendants present in the period and how the policies of rulers borgistas were assimilated by immigrants, with need of cooptation of political bargaining and insubordination on both sides, thus creating internal dissent on site PRR.

Keywords: coronelismo – power relations – Borges de Medeiros.

Introdução

No ano que vem o município de Encantado estará comemorando seu centenário de emancipação política. Sabemos que em todo processo de formação de nova comuna trás consigo alguns prejuízos financeiros para o município desmembrado, no caso Lajeado e Soledade. Mas além do lado econômico, a instalação de um novo município na região constituía uma forma de obtenção de novos imigrantes na ocupação do lugar, justamente no período onde Borges de Medeiros buscava sua consolidação política no Estado. Por isso e por

* Possui formação de licenciatura e bacharelado em História pelo Centro Universitário La Salle (Unilasalle), atuando na área das relações de poder coronelista na região do Vale do Taquari. Atualmente é mestrando de História da Unisinos com bolsa do CNPq e estudante do curso licenciatura em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUCRS). Endereço eletrônico: marcoscadore@hotmail.com.

existir pouco estudo específico sobre o período governativo castilhistaborgista na região do Alto Taquari¹, busca-se entender a emancipação de Encantado através da contextualização histórica, além de tentar compreender as formas em que as diversas facções políticas locais foram inseridas e cooptadas ao sistema coronelista e como elas agiam para a sustentação do regime.

Com o intuito de analisar de forma historiográfica a existência do coronelismo local com os documentos primários encontrados sobre o município de Encantado, pretendemos cruzar essas informações obtidas, apresentando uma compreensão da vida política do município, comparando com as demais referências bibliográficas estudadas atualmente.

Para isso, foi escolhida uma série de fontes bibliográficas sobre coronelismo e novas abordagens que estão sendo trabalhadas atualmente pela historiografia. Temos, ao nos referirmos ao coronelismo, uma vasta e importante bibliografia com obras de forma geral, possibilitando uma análise no país como um todo e as de caráter regional, sob um olhar local. Para essa compreensão, principalmente, no ABM/IHGRGS, localizado em Porto Alegre, pudemos examinar, por alguns meses de trabalho intenso, os mais de cem documentos da série de correspondência passiva do Fundo Borges de Medeiros.

Antes de entrarmos em uma análise da emancipação e criação de Encantado, iremos abordar o conceito de coronelismo, que está vinculada em “uma aliança de compromissos entre o poder central e o poder local”. (JANOTTI, 1981, p. 23-24). O coronelismo, que desde o período do Brasil colônia, passado pelo Império até a Revolução de 1930, sempre esteve presente em nossa formação de Estado através do patrimonialismo (FAORO, 2001). Por isso, a definição de coronelismo “é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais”. (LEAL, 2012, p. 44). Assim como é formada uma “rede de compromisso”, o sistema coronelista é “uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”. (CARVALHO, 2005, p. 131-132).

Diferentemente do restante do Brasil, o coronelismo no Rio Grande do Sul ganha moldes diferentes do restante do país em sua consolidação, pois “o coronelismo gaúcho é produto da soma de semelhanças e diferenças, isto é, de situações que o aproximam dos demais casos de poder local do Estado brasileiro com os elementos oriundos das condições históricas peculiares do surgimento e formação do estado sulino”. (FÉLIX, 1996, p. 24)

Com o término da Guerra Federalista de 1893-1895 e a conseqüente consolidação da hegemonia dos republicanos sobre os federalistas, a conquista do poder e da sua confirmação, através da promulgação da constituição de 1891, essa estrutura organizacional da sociedade

ganhou corpo e ação. Frente a essa situação, a oposição ao castilhismo-borgismo encontrou dificuldades de articulação. Nesse ponto devemos nos ater ao papel em que Borges de Medeiros irá herdar de Júlio de Castilhos como o “Chefe Supremo” da política rio-grandense. E, como a formação de Encantado está inserida dentro de um contexto em que Borges de Medeiros se encontrava no poder central da administração pública estadual e do PRR, definimos borgismo como o “período de atuação de Borges de Medeiros à frente do executivo gaúcho como presidente do Estado e chefe do PRR, de janeiro de 1898 até janeiro de 1928, [...] a continuidade do estilo político”. (FÉLIX, 1996. p. 28).

Para analisarmos o processo coronelista, em Encantado, temos, primeiramente, que diferenciar o sistema político reinante durante a Primeira República com o restante do país. É justamente essa diferenciação do modo coronelista no Rio Grande do Sul que faz desvincular a ideia inicial das oligarquias regionais possuírem totais poderes sobre suas populações. Não se nega a existência idêntica dos coronéis nordestinos em nosso estado, principalmente nas regiões de fronteira, campanha, norte e nordeste do território gaúcho, onde ali existiam grandes extensões de terras, oligarquias locais e poder político e policial sobre suas populações.

No caso de Encantado e região do Alto Taquari, bem como nas demais regiões de colonização italiana ou alemã, buscou-se o seu desenvolvimento através do minifúndio, policultura e atividades voltadas ao manufactureiro, diferentemente das demais regiões do Rio Grande do Sul.

Essa diferenciação do restante do país em relação ao coronelismo gerou várias análises no âmbito estadual, pois a “afirmação de que a propriedade da terra é condição essencial para aquisição e exercício de poder político” (BIAVASCHI, 2005) não teve tanta importância em regiões coloniais. Por isso, criou-se o conceito de *coronel burocrata* por Sérgio da Costa Franco (1962) e utilizado nos trabalhos de Raymundo Faoro (1958) e Joseph Love (1975) também como forma de definição dessa diferença do coronelismo do Rio Grande do Sul com a do restante do Brasil.

Não temos a intenção de tornar genérico o conceito e aplicá-lo a qualquer intendente municipal que esteve à frente de alguma administração municipal no período da Primeira República sem vínculo com a propriedade de terra, mas, conforme verificado por novos trabalhos historiográficos sobre o coronelismo em nosso Estado, houve a utilização desse conceito. Como em Encantado, no caso dos intendentes José Benévolo de Souza e do Coronel Virgílio Antônio da Silva, e nas demais regiões coloniais, tanto nas de origem italiana como

nas de alemã houve intendentess sem vínculo algum com o município que governaram. Tendo alguns deles permanecido à frente da administração e da chefia política por longos anos.

O sentido do *coronel burocrata* tem correspondência com o prestígio político investido e depositado por Borges de Medeiros, sendo o Presidente do Estado e o chefe do PRR, a esses homens desvinculados com as regiões em que governaram. A intenção borgiana em colocar uma figura estranha nas regiões coloniais visava criar uma posição estratégica para obtenção de informações confiáveis sobre as lutas políticas internas das facções locais. Verificaremos que os *coronéis burocratas* mesmo “sem raízes locais e, muitas vezes, sem fortuna, mantiveram-se fiéis ao partido e leais à orientação borgista, já que foram ungidos por Borges e a ele deviam suas posições de prestígio nas administrações municipais.” (BIAVASCHI, 2011, p. 14) Isso se deu pela presença de pessoas indicadas por Borges para serem intendentess locais, os *coronéis burocratas*, que “era ao mesmo tempo funcionário público, bacharel, administrador e homem de partido leal à facção palaciana” (AXT, 2011, p. 129), mas sem qualquer pertencimento ao município.

Ocorre que a historiografia de Encantado, com enfoque memorialista, nunca buscou esclarecer devidamente o período compreendido deste trabalho. Ela realizou, como parte da própria historiografia do Rio Grande do Sul, enaltecer o imigrante italiano como obediente e trabalhador na tentativa da obtenção do progresso. Inclusive as comunidades de origem italiana foram apontadas como “tranquilas regiões eleitoreiras do PRR”, conforme os primeiros trabalhos realizados por Sérgio da Costa Franco. Por isso, com a análise das cartas e outros documentos encontrados do período, podemos afirmar a total falta de uma política homogênea entress os encantadenses que buscavam, além de seus interesses particulares, melhores cargos públicos dentro da rede de compromissos como forma de ascensão social.

No caso de Encantado, com sua emancipação de Lajeado, o papel dos intendentess José Benévolo de Souza e Virgílio da Silva, ambos indicados por Borges para administrar a nova comuna, era de cooptar essas facções existentes entress os imigrantes italianos e manter a rede de compromissos coronelista totalmente a favor do Presidente do Estado. Por isso devemos compreender que:

“entress Borges de Medeiros, Presidente do Estado e chefe do partido dominante, as demais estrelas partidárias e o mandonismo local, havia uma tensão estruturalmente inerente, que pressupunha, ao mesmo tempo, cooperação, competição e confronto [...] entrincheiravam-se as lideranças locais, formigando a pretensão de maior autonomia possível para seu raio de influência. A fidelidade partidária à orientação borgista era condicionada ao jogo de interesses privados e pessoais que agitavam a rede de sustentação do poder”. (AXT, 2011, p. 101).

É justamente essa instabilidade política presente permanentemente nas decisões do PRR que causou inúmeros ajustes e conflitos na sociedade encantadense e chegou a exonerar o intendente provisório. Em função da própria cisão ocorrida dentro do PRR em nível estadual na década de 1910, foi que se estabilizou a chamada hegemonia borgiana. Borges de Medeiros, com a morte de Júlio de Castilhos, em 1903, passa a ser seu sucessor político e administrativo, mesmo assim, Borges passa por uma crise de hegemonia, em 1903-1907.

Com a construção da “hegemonia borgiana”, de 1913-1920, e ao reassumir o cargo de Presidente do Estado, no lugar de Carlos Barbosa Gonçalves, Borges forma uma nova organização da estrutura da rede de compromissos com as lealdades municipais as suas políticas, ou seja, afasta, do poder local, possíveis dissidentes ou novos elementos contrários ao seu modo de administração. Mas para isso:

“Borges lançava mão de um feixe de estratégias, legais e extralegais. Nesse esquema, a manipulação dos cargos públicos era crucial. Chamando a si a competência por nomeações, além de dispor de uma moeda de troca política com os coronéis, garantia aliados com vínculos de colaboração direta nos municípios. Borges assegurava melhor controle orgânico sobre parte do funcionalismo policial e jurídico, além de inspetores, fiscais e procuradores fazendários ou das Obras Públicas”. (AXT, 2011, p. 109)

Temos que entender, inicialmente, como se estruturava administrativamente o PRR e o próprio Borges de Medeiros dentro dessa rede de compromissos coronelista. Antes devemos deixar claro que cooptação política é “o processo de absorção de novos elementos na liderança ou na estrutura partidária como meio de serem evitadas ameaças à estabilidade ou à existência da organização do aparelho do Estado”. (FÉLIX, 1996, p. 28). A máquina estatal que está analisada a seguir tem como ênfase o entendimento do processo em que Encantado foi emancipado e como ocorrera essa cooptação a Borges de Medeiros e sua política e a forma como os imigrantes italianos buscavam ascensão dentro da rede de compromissos estabelecida.

É nessa estrutura comprometida com o coronelismo que Encantado estava inserido e tornou-se visível ao analisar as cartas encontradas no Fundo Borges de Medeiros. Para assumir qualquer cargo público, independentemente de qual fosse, costumavam ser indivíduos de influência dentro da rede de compromissos e aliados às lideranças locais. Mesmo assim houve cisões e conflitos entre facções locais justamente pela forma em que estavam sendo administrados os cargos públicos.

Para ser analisado o sistema de rede de compromissos que Borges de Medeiros detinha em mãos, devemos compreender que polícia, política, administração e justiça faziam parte do comprometimento das formas como o Presidente do Estado exercia a força executiva e

legislativa do Rio Grande do Sul pela Constituição de 1891. Por isso, Borges buscou interferir na:

“autonomia local com a intervenção do poder central estadual nos municípios, estabeleceu a superposição das políticas: enquanto a chamada ‘administrativa’ era custeada pelos municípios e comandada pelos subintendentes, a ‘polícia judiciária’ compunha-se, nos municípios, dos delegados e subdelegados, estando submetida ao secretário do interior e justiça, à chefatura de polícia e às quatro subchefaturas regionais, as quais podiam dispor dos regimentos brigadianos, embora eles não estivessem sob seu comando direto”. (AXT, 2011, p. 110)

Muitas vezes, o chefe político local entrava em conflito com o da polícia por maior autonomia ou buscando ter influência superior ao próprio intendente, surgindo com isso algumas dissidências e cisões dentro do partido local. Essa luta faz parte do contexto em que o intendente local busca assumir a *chefia unipessoal*, que consistia na maior autoridade local, tendo ele o controle total de todos os funcionários públicos e dono do poder absoluto na região, fazendo enfraquecer qualquer possibilidade de surgimento de novas facções em seus domínios. Os intendentes que passaram por Encantado, nesse período, encontraram todas as dificuldades para que ocorresse essa homogenização da comunidade encantadense, como veremos a seguir.

Vale lembrar que durante o governo castilhistaborgista, conforme a própria Constituição Estadual, as atribuições do intendente eram de chefe da administração municipal, em que competia dirigir, fiscalizar e defender os interesses locais, bem como organizar, reformar e suprimir os serviços orçamentários, ou seja, assim como o Presidente do Estado, detinha o poder executivo e legislativo. Era o próprio intendente que administrava o orçamento de quase 22% do total de impostos arrecadados, convocava o Conselho Municipal para somente apreciar e aprovar suas contas referentes ao ano de administração e votar o orçamento para o próximo período, isso ocorria em poucas sessões, geralmente realizadas nos meses de outubro ou novembro.

Geralmente todos os conselheiros eram indicados pelo próprio intendente e eleitos sem dificuldades, já que em Encantado não havia qualquer tipo de organização partidária contrária ao PRR, nesse período. Também competia a ele o comando e a organização de uma guarda municipal, além de nomear os subintendentes nos respectivos distritos, os quais exerciam também a função de autoridade policial.

O chefe de polícia, mesmo Encantado não sendo sede da chefatura e sim Lajeado, também possuía muita influência em relação à rede de compromissos aliada a Borges de Medeiros. Era ele que buscava manter a manutenção da ordem pública, intermediando, às

vezes, negociações com o intendente local. Já na comuna encantadense, havia a presença dos delegados e subdelegados de polícia, sendo funcionários escolhidos pelo intendente e por Borges de Medeiros.

Por isso era interessante para o intendente possuir uma boa rede de compromissos com o Presidente do Estado para poder indicar seus próprios simpatizantes, visando manter e fortalecer seu campo de influência. Geralmente esses cargos eram preenchidos por pessoas ligadas à comunidade de Encantado ou de seus respectivos distritos. Assim, o intendente já criava sua rede de compromissos visando o uso político da força pública para manter o *status quo* da facção proeminente. Eles também acumulavam a função de subintendentes nos distritos, sendo “importantes agentes para a conquista de confortáveis margens de vantagem eleitoral. Nos casos em que a presença do subdelegado coexistia com a do subintendente, podiam sobrevir conflitos de competência entre as duas autoridades”. (AXT, 2011, p. 112).

Em suma, o estabelecimento dessa rede de compromissos coronelistas borgista seria perfeitamente articulado e harmônico se não houvesse tantas disputas de facções dentro de Encantado, pois “tão logo as colônias convertem-se em municípios, têm início os conflitos entre lideranças locais em uma prolongada disputa por privilégios, cargos públicos ou auxílios governamentais”. (BIAVASCHI, 2011, p. 204).

O movimento emancipacionista e os motivos da criação de Encantado

Estabelecido como segundo distrito de Lajeado desde 1892, e quarto distrito desde 1910, Encantado e Anta Gorda, respectivamente, apresentaram, mesmo de forma isolada, um forte desenvolvimento e progresso nos setores agropecuário, industrial e comercial, culminando com o aumento considerável do número de habitantes em que ambos os núcleos coloniais ainda estavam recebendo imigrantes e descendentes de europeus, principalmente os de origem italiana. (FERRI, 1985, p. 57).

Vindos das já desenvolvidas colônias de Caxias do Sul e Garibaldi, os italianos tornaram-se proprietários de pequenos lotes de terra, constituindo-se em pequenos produtores por meio de mão de obra familiar, adotando uma economia de base agrícola e iniciando uma cultura de subsistência com a produção de trigo, milho, verduras e arroz, além do cuidado com gado e suínos. (CONSTANTINO, 2007).

Esse surto teve começo na administração intencional do Coronel João Batista de Mello, Intendente de Lajeado, entre os anos de 1911 e 1912, quando ele passou a investir os recursos municipais na abertura da estrada nova entre o distrito de Anta Gorda e o povoado de Itapuça,

bem como no início da construção da estrada que da localidade do Jacaré, passaria pela Guabiroba e ligaria os novos núcleos coloniais da região alta do Vale do Taquari, como a Figueira. (SCHIERHOLT, 1992, p. 135).

Numa extensa missiva para Borges de Medeiros, o intendente Mello comenta sobre os primeiros movimentos que estavam sendo ventilados em relação à constituição do novo município a ser criado. Antes mesmo da comissão emancipacionista se estabelecer para a formação do memorial reivindicatório, a briga para sediar a administração da nova comuna já ganhava força no Conselho Municipal de Lajeado e quando João Batista escreve a Borges sobre a preocupação dos moradores do povoado de Encantado, ao serem ratificadas “as divisas do futuro município do Encantado. Os amigos desse lugar estão aflitos temendo que a sede seja em Anta Gorda e não em Encantado, como pediram na primitiva petição”².

Essa preocupação é amenizada pelas argumentações do Coronel Mello ao afirmar que “a grande maioria dos gêneros coloniais embarca nos portos à margem direita do arroio Guaporé, na barra do Jacaré e no Encantado, lugares estes onde existem elevadores, trapiches e armazéns de movimento das cargas” e segue afirmando que:

“Sem dúvida alguma, por sua colocação, o Encantado é ponto obrigado de passagem dos gêneros de importação ou exportação do projetado município; possui uma povoação regular com prédios de boa construção que, há anos já pagam impostos de décimas, sendo o local situado em terreno quase plano, banhado não só pelo Rio Taquari, como pelos arroios ‘Lambari’ e ‘Jacaré’, de boas e abundantes águas.

A localização da sede nesse lugar, que com a execução do melhoramento do Rio Taquari até esse ponto estudado e projetado já, se tornara o empório comercial da zona norte do Alto Taquari; parece-me muito mais vantajosa, tanto econômica como politicamente”³.

Por conhecer toda a região, o então Intendente Mello, auxiliou na medição de terras para demarcação e exploração territorial. Com a ligação, mesmo de forma precária e isolada, o comércio entre as novas localidades cresceu a tal ponto que passaram a se intensificar conversações entre os líderes comunitários com o intuito de lograr uma autonomia junto a Lajeado, primeiramente, e ao Governo do Estado.

A representação da Comissão de Emancipação coube a Bortolo Secchi, conselheiro municipal, juntamente com Rafael Peretti e João Ferri que residiam em Encantado. Olívio Dal Pasquale, Batista Grando e Angelo Angelini tiveram a incumbência de serem os líderes emancipacionistas por Anta Gorda, enquanto que João Pretto Sobrinho e Eduardo dos Santos faziam parte dos munícipes de Itapuça, então novo distrito de Soledade.

A demonstração de apoio para que o povoado de Encantado fosse escolhido como sede do novo município pelo Presidente do Estado é justificada por Mello, ao afirmar que possui,

nessa localidade, muitos amigos dedicados ao PRR e à causa republicana. Lembra ainda o chefe político lajeadense que em relação ao pagamento do imposto territorial, as terras existentes em Encantado possuíam valores muito superiores as de Anta Gorda. Outro ponto favorável a Encantado estava relacionado à parte política, em que Mello destaca que a incontestável participação do eleitorado encantadense vinha cumprindo seus deveres políticos sem discrepância na luta republicana.

Referenciando a parte política do povoado, João Batista de Mello lembra que na:

“eleição do dr. Carlos Barbosa na qual, no Encantado o dr. [Fernando] Abott não teve um único voto, vencendo, no entretanto, a eleição no resto do município. No último pleito o Encantado contribuiu com 173 votos; a Anta Gorda com 100.

Estão qualificados, na última revisão mais 44 eleitores no Encantado, perfazendo o total de 255. A Anta Gorda tem só 125 eleitores federais, e, na última revisão não foi qualificado nenhum desse distrito, apesar de eu ter mandado, como é costume, avisar os amigos de lá para trabalharem nesse sentido”.⁴

Devemos nos ater, por um momento, à carta acima a fim de contextualizar a situação política estadual. Com o falecimento de Júlio de Castilhos em 1903, Borges de Medeiros tem seu poder hegemônico contestado pelas lideranças do PRR quanto ao comando unipessoal do partido e do Estado. Ocorrem cisões internas republicanas, culminando na candidatura de Fernando Abott para a sucessão estadual em 1907 com o apoio de outros dissidentes do PRR e de setores do Partido Federalista, então oposição.

Isso fez com que Borges recuasse na sua intenção de permanência à frente da chefia estadual, mas não do partido, que havia escolhido Carlos Barbosa Gonçalves para ser seu substituto. O borgismo apresentou uma “crise de hegemonia”, isso em 1903-1907, mas tendo Borges permanecido na chefia do PRR, e é quando as relações de poder dentro dessa rede de compromissos estavam conturbadas em função da ascensão de novos atores, muitos dos quais sem o aval de Borges de Medeiros.

Mas para compreender a emancipação de Encantado, devemos analisar o que não foi especulado pela historiografia e longe dela ser analisada pelo enfoque memorialista realizado por alguns escritores sem darem as devidas importâncias à contextualização do processo histórico em que o município estava inserido. Em suma, qualquer pedido de emancipação e criação de nova comuna do Rio Grande do Sul era motivo de preocupação para o governo estadual, pois era inevitável um possível confronto de interesses.

A emancipação de Encantado do município de Lajeado trazia consigo um nítido prejuízo aos cofres municipais, pois levava em conta a perda de um vasto território e a consequente perda de impostos e taxas sobre o território e os produtos produzidos na região, como também

estava em jogo o próprio prestígio e influência do Coronel João Batista Mello que perderia, consequentemente, um importante número de votos.

Os primeiros indícios da formação do município de Encantado fazem parte do período que compreende ao momento em que Borges de Medeiros retorna à Presidência do Estado e busca uma nova hegemonia regional, ou seja, deveria ser criada uma nova rede de compromissos para compor uma hegemonia no Estado.

Com Borges de Medeiros reassumindo o cargo máximo do estado em 1913, passa a consolidar de vez o papel de chefia unipessoal e conquista esse poder ao comandar o partido de forma a ter em mãos o controle governativo com sólida rede de compromissos ligada diretamente ao interior gaúcho, estabelecendo com isso a hegemonia borgiana durante os anos de 1913-1920. (AXT, 2007, p. 97-99). Mas mesmo com prejuízos aos lajeadenses, Borges de Medeiros estaria consolidando um novo município com a formação de novos cargos funcionais e estaria constituindo um novo campo para manter a sua hegemonia pela consequente troca de favores, típica forma averiguada no coronelismo.

Poderíamos compreender a criação do município de Encantado como a consolidação borgiana da rede de compromissos, além de uma forma de “agradecimento” pela fidelidade partidária a Borges como consta na carta em que o Cel. Mello descreve o total apoio dado pelos encantadenses às políticas do partido, enquanto que Fernando Abott não recebeu nenhum voto nas eleições estaduais de 1907. Esse foi um momento conflituoso para o PRR nos demais municípios, quando, no caso de Caxias do Sul, houvera fortes manifestações favoráveis a Abott em função das constantes lutas políticas dentro das relações de poder locais, forçando Borges a transferir a sede da Comarca de Caxias do Sul para Bento Gonçalves como forma de punição à desordem política instalada pela crise⁵.

Outra hipótese⁶, a qual está no seio do coronelismo, é a conjunção do poder público com o privado, e isso é compreendido ao percebermos que o Cel. Mello teria grandes vantagens econômicas com a emancipação de Encantado, pois ele próprio detinha uma quantidade grande de lotes de terra na região do Alto Taquari. Com a formação do município novo, isso abriu uma nova leva de imigrantes oriundos de outras colônias regionais italianas no Estado e a consequente comercialização desses lotes.

Não só o Cel. Mello teria essa vantagem econômica, mas também a família Seffrin, também detentora de lotes de terras em Soledade, município que detinha o território do distrito de Itapuca em sua administração. Com a formação de Encantado, a localidade de Itapuca continuou sendo distrito, mas pertencente a uma nova comuna, que atraiu novos imigrantes em seu território.

Para o autor do livro *Lajeado I*, José Alfredo Schierholt, o processo de emancipação dos distritos pertencentes a Lajeado iria sanar um problema que há tempos a municipalidade lajeadense vinha enfrentando com seus vizinhos limítrofes:

“As questões limítrofes com Passo Fundo que se arrastaram durante as administrações de Júlio May e F. Oscar Karnal foram solucionadas com a criação do município de Guaporé, instalado em 01.01.1904. Por vários anos se delongaram as tratativas entre Lajeado e Soledade quanto aos seus limites, entre o Rio Forqueta e o Rio Guaporé. Não havia clareza, o que prejudicava os moradores e ambas as administrações. Soledade exigia que o agricultor devia trabalhar quatro dias por ano na conservação de suas estradas, como forma de pagar seu imposto rural.

Lajeado estabelecia seis dias de trabalho. Os comissários seccionais de ambos os municípios queriam obrigar os colonos a trabalhar. Mello conhecia a região, por ter sido agrimensor e conhecer as escrituras de terras de muitos moradores da área disputada, denominada Linha do Taipa de Putinga. Mello criou ainda o distrito de Anta Gorda. A solução final foi Lajeado propor a emancipação política de Encantado ao governo estadual”. (SCHIERHOLT, 1992, p. 136).

No dia 18 de maio, o Conselho Municipal de Lajeado encaminhava a Borges de Medeiros o ofício nº 49 no qual “os signatários, membros do Conselho, têm a honra de comunicar a V. Exa. que estão de acordo com essa medida oportuna”. No mesmo dia, após a aprovação, o Conselho enviava o processo ao Intendente de Soledade, “a fim de ouvir seu parecer, bem como dos Conselheiros Municipais, a respeito do desmembramento de Itapuca, através do ofício nº 50. O Intendente assim como os Conselheiros Municipais de Soledade foram unânimes em aprovar o desmembramento de Itapuca, para se incorporar ao novo município a ser criado”. (FERRI, 1985, p. 59).

Bortolo Secchi, comerciante de Encantado e o sétimo mais votado, no pleito municipal de 1914 com 2.793 votos para ser conselheiro municipal em Lajeado, tratou de ser o porta-voz da comissão emancipadora junto ao Conselho e ao Intendente João Batista Mello. O projeto foi aprovado em reunião extraordinária no dia 18 de maio de 1914, ocasião em que houve uma discussão referente à escolha da sede da nova comuna, quando lideranças buscavam um núcleo urbano mais centralizado, no caso de Anta Gorda. Mas, por intervenção de Mello e aconselhamento de Borges de Medeiros, Encantado foi escolhida a sede da nova administração. (SCHIERHOLT, 1992, p. 137).

Dois dias após a realização da seção extraordinária do Conselho, o Coronel Mello enviou carta para Borges de Medeiros comentando sobre o resultado da votação e a consequente criação do município de Encantado ao afirmar que “o Conselho Municipal resolveu, unanimemente, anuir aos desejos dos moradores dos 2º [Encantado] e 4º distritos [Anta Gorda], havendo eu apresentado informações que ampararam essa justa pretensão.

Desse modo a carta de V. Exa. de 20 do corrente muito me alegrou por ver que o meu procedimento tinha a aquiescência de meu Ilustre Chefe”.⁷

Criada a nova comuna havia a necessidade de preencher os novos cargos públicos a serem estabelecidos. O fato averiguado, inicialmente, antes mesmo da posse do intendente provisório, foi que alguns cargos permaneceram nas mãos de pessoas ligadas ao Cel. Mello, demonstrando que seus interesses na região seriam mantidos com a permanência de seus simpatizantes, principalmente na zona onde o intendente lajeadense detinha seus lotes de terra. Enquanto que outros cargos passaram a ser disputados pelos moradores da nova localidade, demonstrando nas cartas analisadas “relações clientelistas, destacando as barganhas políticas, os pedidos de transferências, os apadrinhamentos, a indistinção absoluta entre público e privado e o nepotismo”. (BIAVASCHI, 2011, p. 176).

A primeira carta que consta no ABM/IHGRS referente a Encantado é datada do dia 14 de janeiro de 1915, quando Miguel Alves Cardoso envia carta a Borges de Medeiros escrevendo que “animados os habitantes deste povoado por esperar em breve a elevação desta localidade à categoria de sede do novo município e cuja nomeação do funcionalismo depende do ilustre Presidente do Estado”⁸, ele também solicita ser lembrado na nomeação de algum cargo público, pois, mesmo sendo professor na vila, reclama dos vencimentos, pedindo mudança de cargo para continuar seus deveres cívicos com o governo do Estado e por ser um “velho soldado, que tem sido e será uma sentinela, na defesa da instituição que nos rege”.

Neste caso mencionado, temos um dos principais instrumentos empregatícios de valor para a política borgista e de consolidação de uma rede de compromissos, pois ao indicar professores:

“Além da melhoria geral nos padrões de vida da população, o investimento em educação era uma ferramenta privilegiada de doutrinação política e criava, ainda, exércitos de novos eleitores, desde que a alfabetização constituía um requisito para o sufrágio, projetando o Estado em escala política nacional. A educação era, portanto, estratégica para a sustentação política e inserção nacional da elite dirigente gaúcha”. (AXT, 2011, p. 133)

No dia 15 de janeiro, a pedido de João Batista de Mello, houve a convocação dos membros do Conselho Municipal para que, em sessão extraordinária, fosse escrito um ofício para apreciação de Borges de Medeiros lembrando “a conveniência da escolha de Encantado para sede do novo município, salientando, entre outras coisas, o distrito estar melhor localizado e considerando que quase a totalidade dos gêneros exportados transitarem por Encantado para atingirem o porto de embarque no Rio Taquari”. (FERRI, 1985, p. 59).

Os preparativos para a instalação de Encantado já estavam em andamento com os pareceres favoráveis do Cel. João Batista de Mello, do Intendente de Soledade e dos

respectivos conselhos municipais. Definida a criação de Encantado e regularizadas as instruções para sua organização administrativa, faltava, por parte do Governo do Estado, a indicação do primeiro Intendente, que, a fim de tornar efetivas as medidas tendentes à instalação oficial do novo município, iria administrar de forma provisória até as eleições municipais, que seriam realizadas após a constituição de todo o aparelho governativo.

Ao chegar em Encantado, Benévolo de Souza enviou carta a Borges de Medeiros, no dia 29 de abril. É provável que o intendente provisório tenha se reunido com o Cel. João Batista de Mello, na Intendência Municipal de Lajeado, para receber algumas instruções referentes à vida econômica e, principalmente, política do novo município a ser criado. Isso porque Benévolo seria o responsável pela formação do novo funcionalismo público e a distribuição desses cargos deveriam estar de acordo com os princípios republicanos e ter o aval do Cel. Mello.

Depois de grande expectativa, no dia 1º de maio de 1915, Encantado estava em festa. Numa solenidade iniciada às 11 horas da manhã, com a presença de autoridades locais da vila e dos representantes dos outros distritos. Na forma vibrante, o Padre Giorgio Cavigiolo, vigário de Encantado, proferiu um empolgante discurso. Percebemos que a participação do Padre Giorgio na política encantadense não se restringiu somente na representação da Igreja Católica no momento da instalação do município. Deve ser destacado também o papel que ela tinha na rede de compromissos nas regiões italianas. Em Encantado foi constatada a presença forte do pároco nas decisões políticas locais, sempre buscando um entendimento aos princípios propostos por Borges de Medeiros para com a comunidade encantadense. A igreja, na figura do Reverendo, estava servindo também como cooptação aos imigrantes e seus descendentes num processo de mediação entre seus fieis e o PRR, pois:

“para o governo, o catolicismo era visto como força legitimante, habilitada a manter a paz social, fundamental para a vigência da ordem. Para o catolicismo rio-grandense, a experiência política castilhistas [borgista] era valorizada enquanto projeto assentado no apelo à ordem, no desdém às praxes da democracia liberal e no respeito, prestígio e liberdade desfrutados pelo catolicismo”. (ISAIA, 2007, p. 28).

Já com o município instalado, Benévolo de Souza parte para sua primeira viagem ao interior de Encantado. Definidos os cargos municipais, o intendente provisório passa a estabelecer as demais funções pertinentes à instalação da nova comuna, seja a nível estadual ou federal, passando, antes da nomeação oficial, pelo aval de Borges de Medeiros. Algumas indicações do Presidente do Estado acabam não sendo do agrado de Benévolo, criando certos empecilhos na sua administração, pois “numa sociedade onde a fronteira entre o público e o privado era tênue, o funcionalismo representava uma fonte de renda e de poder. O coronel na

liderança de uma facção era uma espécie de defensor dos interesses do município e de seus aliados junto ao governo central”. (AXT, 2011, p. 132).

Com as eleições municipais definidas para setembro de 1916, a vida no município de Encantado ganha novos ares. A prosperidade do município, aliada aos interesses coletivos é deixada de lado e se inicia um jogo de intrigas e lutas pessoais entre algumas lideranças locais. Essa desconfiança ao governo provisório não foi ao gosto de Benévolo, ao sentir que não há homogenia no seu poder diante de uma possibilidade de eleição ao cargo de intendente local. Para Benévolo, “a intenção dos promotores da reclamação não é despida de más intenções e o telegrama ao Correio prova que eles foram mais bem compreendidos do que esperavam. Com o Reverendo Padre Jorge, mantenho as melhores relações, ele já prestou a inúmeros favores políticos e administrativos”⁹.

Assim estava criado um conflito na relação de poder local, pois: “uma facção nascia do clima de disputa entre dois ou mais coronéis pelas vantagens hauridas do sistema político. Vínculos de compromissos, oriundos de laços de parentesco, relações empregatícias ou trocas de favores dividiam os eleitores autoridades públicas e mandões intermediários entre os grupos”. (AXT, 2011, p. 132).

Um dos problemas que passou a ser constante e prejudicial a sua administração, segundo o próprio Benévolo, foi a pessoa de Raul de Villeroy¹⁰. O intendente provisório apresentou para Borges que “ultimamente cria dificuldades administrativas, intrometendo-se na administração, aconselhando uns que não paguem imposto e exigindo que outros paguem, acusando a administração de injusta, é o que se sabe, afora o que suponho fazer os ocultos, pois julgo-o capaz disso”¹¹.

Por isso, o intendente provisório tentava manter um controle sobre o funcionalismo local, buscando aumentar suas influências ao indicar seus seguidores para cargos federais ou estaduais em Encantado. Às vezes não aceitos por Borges ou tendo que administrar indicações contrárias às suas, dadas pelo próprio Presidente do Estado para amenizar possíveis confrontos com outras facções, pois “a transferência de funcionários municipais ou estaduais conferia tática política no intuito de afastar elementos de facções contrárias, bem como inserir pessoas afinadas com seu grupo em locais estratégicos à manutenção do poder regional”. (BIAVASCHI, 2011. p. 176).

É bem provável que as lideranças locais estavam preocupadas com a demasiada demora na realização das eleições municipais, pois “as intervenções prolongadas, se num primeiro momento robusteciam o poder palaciano e equacionavam o clima de disputa local,

enfraqueciam a organização partidária, refletindo-se perigosamente sobre o desempenho da legião republicana nos pleitos estaduais e federais. (AXT, 2011. p. 141).

Não demorou muito para Benévolo enviar nova carta a Borges de Medeiros denunciando as atitudes desordeiras de seu desafeto Raul de Villeroy. Para manter sua autoridade, Benévolo tentou dispersar o grupo com sua polícia após, segundo sua versão, alguns cidadãos estarem armados. Contrariado pela manifestação de insatisfação do grupo, Benévolo pede a interferência do Governo do Estado. A intenção de Benévolo nessa intervenção era que:

“A mesma pessoa ou outro qualquer indicará se esta arruaça representa o reflexo da opinião geral ou não circunstâncias que descem pensar para eu ser mantido ou aconselha minha retirada. A delegacia de Polícia não me conviria e sim a uma pessoa daí, lambril, energética e sem ligações em dependências administrativas e políticas diretamente, agindo informemente entretanto, com a administração e a chefia política”¹².

No mesmo dia, outra versão do fato chega às mãos de Borges de Medeiros. Em longa carta, Virginia de Villeroy, esposa de Raul, descreve sua versão do ocorrido na noite anterior com detalhes. Vale ressaltar que Virginia era sobrinha da Dona Carlinda, esposa de Borges de Medeiros, fato esse que daria uma veracidade maior ao delatar a situação política local. No mesmo dia, o intendente provisório envia outro telegrama a Borges, dizendo “abro mão responsabilidades provável continuação fatos desagradáveis, em vista não haver sido atendido providencias solicitadas nem demissão”¹³. Benévolo pressentia que seus pedidos não seriam atendidos.

A pressão sobre Benévolo de Souza acabou surtindo efeito. O Intendente provisório acabou sendo exonerado por Borges de Medeiros no dia 1º de maio de 1916, exatamente um ano após sua posse no cargo. Mas o simples fato da troca de intendentes não foi o necessário para que os ideais do PRR pudesse determinar o fim da crise política no município. Com a exoneração de Benévolo de Souza as picuinhas políticas deveriam ter seu final, mas não parecia que isso iria acontecer tão cedo. No período da exoneração de Benévolo de Souza até a posse definitiva do Coronel Virgílio da Silva, as relações de poder estabelecidas por Benévolo de Souza tardariam a ser eliminadas. O Cel. Virgílio sabia disso, mas não pretendia criar outro ambiente hostil entre a população de Encantado. Por isso, seus primeiros atos sempre foram na busca da conciliação entre seus partidários e os de Benévolo de Souza, que continuavam a criar alguns empecilhos com o intuito de minar a nova administração. Virgílio destaca que “estava disposto a sustentar o meu ato, tanto que ele tende a melhorar as dificuldades econômicas de uma grande parte da população, em atrasos de seus pagamentos”.¹⁴

Considerações Finais

Partindo do conceito de coronelismo conforme Leal (2012) e Félix (1987) como sendo um sistema político com características ligadas às relações de compromissos entre os grandes proprietários de terras em uma estrutura agrária como base de sustentação, enquanto o poder público estatal ainda estava sendo consolidado. Analisando o município de Encantado temos uma problemática criada em relação a esse conceito, pois, se levarmos em conta a afirmação de que a propriedade da terra era a condição essencial para possuir e exercer o poder político, não teríamos o coronelismo.

Mas devemos descrever que a colonização de Encantado foi feita através de pequenos lotes de terra, ou seja, com minifúndios, além de ter se constituído de pequenos produtores dotados de mão de obra familiar, adotando uma economia de base agrícola e iniciando uma cultura de subsistência. Deste modo, o poder dos coronéis não estava vinculado à propriedade da terra como elemento determinante para a constituição do coronelismo, mas às condições de sua manutenção, e, no caso de Encantado, a sua inserção ao sistema se deu através de complexa rede de compromisso ligada às relações de poder, sendo de ordem política, econômica, empregatícia e religiosa com o poder estadual do PRR e com Borges de Medeiros.

Como um dos objetivos desse trabalho, tentamos contextualizar historicamente a criação do município de Encantado numa perspectiva dentro da rede de compromisso. Devemos entender que qualquer pedido de emancipação política era motivo de preocupação para o governo estadual devido aos inevitáveis confrontos de interesses. Mesmo assim, é importante mencionar que o pedido de criação de Encantado até a instalação da nova comuna (1914-15) veio conforme as intenções políticas de Borges de Medeiros, que ao reassumir a Presidência do Estado de Carlos Barbosa Gonçalves no ano de 1913, buscava consolidar seu papel de chefia unipessoal, tendo em suas mãos o controle total do aparelho governativo e com sólida rede de compromissos.

Percebemos também que o Coronel João Batista de Mello, então intendente de Lajeado, e o Coronel Leonardo Seffrim, intendente de Soledade, teriam grandes vantagens econômicas com a emancipação de Encantado em virtude de eles mesmos possuírem grande quantidade de lotes de terra na região do Alto Taquari. Com isso houve uma nova expansão colonial com a vinda de novos imigrantes, principalmente de italianos e a consequente comercialização dos mesmos.

Como o coronelismo foi um sistema de relações de poder com base em concessões envolvendo alguns benefícios de intenção pública, o uso do empreguismo, por parte dos

intendentes em Encantado, teve o objetivo de cooptar possíveis elementos que agregariam força dentro de uma rede de compromisso que, ao mesmo tempo o cidadão recebendo a chance de se tornar um funcionário público, via essa promoção como interesse privado econômico.

Em função disso, foi percebida a força política de quem possuía um cargo público junto aos moradores de Encantado, como no caso dos cartórios. Em algumas cartas houve a percepção do interesse de alguns elementos locais para a obtenção de algum tipo de cartório que, além do alto rendimento tributário, detinha um poder político junto ao colonato e criando, ainda, uma forte facção durante a administração do intendente Benévolo de Souza. Como ficou evidente nas várias cartas escritas por Virgínia de Villeroy, casada com Raul de Villeroy, escrivão do Cartório de Órfãos e Ausentes. É uma curiosidade mulheres, naquela época, escreverem cartas comentando sobre política. Virgínia não era uma simples moradora de Encantado, ela usava seu grau de parentesco com Carlinda, esposa de Borges de Medeiros, para denunciar, provavelmente a pedido de seu marido, as atitudes do intendente Benévolo de Souza, seu adversário político, que acabou sendo exonerado devido à crise política instalada.

Temos a compreensão de que os coronéis burocratas borgistas indicados na administração do município encontraram dificuldades no desenvolvimento econômico local por causa das relações coronelistas tradicionais de poder, principalmente pelas dificuldades no escoamento dos produtos coloniais devido à precariedade das estradas e pelo Rio Taquari que, no período de verão, era inavegável pelo baixo nível de água. Mesmo com todas essas dificuldades, tanto Benévolo como Virgílio deveriam ainda apresentar a Borges uma administração controlável aos interesses palacianos.

Com o presente trabalho foi percebido que a ideia do PRR e de suas políticas serem algo homogêneo, com certa unanimidade em relação ao poder e à política de Borges de Medeiros e de seus intendentes indicados na comunidade encantadense, foi algo notório de nunca ter sido alcançado. Em Encantado, o partido e seus intendentes nunca chegaram a ter hegemonia política devido às constantes oscilações demonstrando a impossibilidade de homogeneizar as análises das relações de poder coronelista.

A complexidade das relações políticas dos Intendentes borgistas e as formas de organização das facções criadas pelos imigrantes e descendentes no município, demonstrou ter havido a necessidade clara da cooptação, da barganha política e, em alguns casos, de insubordinação tanto do lado intencional como das demais lideranças criadas nessas facções com o intuito de acender ao poder local.

Referências

- AXT, Gunter. **Gênese do Estado Moderno no Rio Grande do Sul 1889-1929**. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- _____. **Coronelismo Indomável: O sistema de relações de poder**. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (org). *História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)*, v. 3, t. 1. Passo Fundo, RS: Méritos. 2007
- BIAVASCHI, Márcio A. Cordeiro. **A Relação de poder coronelista na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul durante o período borgista (1903-1928)**. 2011. 380 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- _____. **A Atuação de Coronéis Burocratas no Rio Grande do Sul da Primeira República**. Espaço Acadêmico. <<http://www.espacoacademico.com.br/051/51biavaschi.htm>>. Acesso em 22 out. 2012.
- CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual**. In: **Pontos e Bordados: Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Imigrantes italianos: partir, transitar, chegar (1889-1930)**. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (org). *História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)*, v. 3, t. 1. Passo Fundo, RS: Méritos. 2007
- FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.
- FERRI, Gino. **Encantado, sua História, sua Gente**. Encantado, RS: BG, 1985.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- ISAIA, Arthur César. **Catolicismo e Castilhismo**. In: BOEIRA, Nelson e GOLIN, Tau (org). *História Geral do Rio Grande do Sul – República Velha (1889-1930)*, v. 3, t. 2. Passo Fundo, RS: Méritos. 2007
- JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: O Município e o Regime Representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHIERHOLT, José Alfredo. **Lajeado I**. Lajeado, RS: Prefeitura Municipal (editor), 1992.

Notas

¹ Fazem parte dessa região os atuais municípios que foram desmembrados territorialmente de Encantado, ou seja, que se encontram na margem esquerda do Rio Taquari, com origem italiana. São os municípios atuais de Anta Gorda, Doutor Ricardo, Coqueiro Baixo, Nova Brésia, Putinga, Relvado, Ilópolis, Arvorezinha e Itapuca.

² Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3030, 13/02/1913, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

³ Ibid.

⁴ Ibid.

⁵ A restauração da sede da Comarca somente se daria em abril de 1919, devido ao novo contexto das disputas políticas locais, caracterizado pelo apaziguamento das rivalidades intrapartidárias. (BIAVASCHI, 2011, p. 257)

⁶ Ver Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3029, 28/11/1912, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS); Anexo n. 2 da Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1734, 10/07/1916, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS; n. 1740, 09/10/1916 e n. 1734, 10/07/1916); SCHIERHOLT, 1992, p. 135-136 e THOMÉ, 1965, p. 200 e 242.

⁷ Carta de João Batista de Mello a Borges de Medeiros (n. 3045, 23/05/1914, Fundo Lajeado/ABM/IHGRGS).

⁸ Carta de Miguel Alves Cardoso a Borges de Medeiros (n. 1701, 14/01/1915, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

⁹ Carta de José Benévolo de Souza a Borges de Medeiros (n. 1717, 09/02/1916, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

¹⁰ Conhecedor das questões coloniais, Villeroy recebeu, de forma vitalícia, a função de escrivão dos cartórios de Órfãos e Ausentes e do cível e crime em Encantado em junho de 1915. Devido à influência familiar da esposa, através de Virgínia, Raul passou a denunciar a forma que o intendente provisório José Benévolo de Souza estava tratando as questões políticas, criando com isso uma forte facção contrária ao chefe intendencial, forçando sua exoneração devido à crise política instalada no município. No começo da administração do Coronel Virgílio, Raul encontrou dificuldades para manter sua facção política atuante, pois o novo chefe republicano local soube cooptar seus signatários.

¹¹ Ibid.

¹² Carta de José Benévolo de Souza a Borges de Medeiros (n. 1722, 27/03/1916, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).

¹³ Telegrama de 28/03/1916, localizado no livro n. 1 de Correspondências Expedidas, p. 34 do APME.

¹⁴ Carta de Virgílio da Silva a Borges de Medeiros (n. 1734, 10/07/1916, Fundo Encantado/ABM/IHGRGS).